

Suspeita de quartel amplia contrato sob gestão Lula

Sede da estatal Codevasf em Brasília gabrielia brasil - 14.abr.2023/Folhapress

Governo Lula aprova benefícios em série a suspeita de cartel alvo de TCU e CGU

Aditivos contratuais favorecem empreiteira; estatal Codevasf afirma que visa assegurar a continuidade da prestação dos serviços

Flávio Ferreira e
Matheus Vargas

SÃO PAULO O governo Lula (PT) assinou neste ano aditivos contratuais que favoreceram a Engenho de Gefort, alvo de acusações de irregularidades detectadas pela CGU (Controladoria Geral da União) e TCU (Tribunal de Contas da União) como a ilegalização de pavimentações de pavimentos cujos valores originais somam cerca de R\$ 80 milhões para obras nos estados de Amazonas, Pará, Parába, Sergipe e Tocantins.

Dos desse contratos do Amapá já foram atacados por fiscalizações do TCU e da CGU. Os auditores que investigaram nas obras desvios, superfaturamentos e falta de projeto, entre outras irregularidades.

Apesar disso, agora o Lula, um desses contratos teve seu valor aumentado e seu prazo prorrogado em 2023. Outros 10 aditivos estão sendo extensos apesar de ainda não terem saído da estaca zero. Além das irregularidades nos contratos anteriores, o TCU e a CGU já apontaram irregularidades graves em várias outras obras da Engefort, levando a própria Codevasf a abrir procedimento administrativo. A estatal já afirmou que suas alegações podem levar a pedidos de reavaliação da Engefort.

No Maranhão, por exemplo, as acusações são de desvios com "sairjetas fantasma" nas obras. A Codevasf foi encarregada pelo governo Lula de administrar o projeto da hidrelétrica São Luís do Tapajós (PL), no centro e é mantida dessa forma por Lula em troca de apoio ao governo Lula.

O chefe da estatal já declarou que a "política é de man-

ter a estatal no centro e é mantida dessa forma por Lula em troca de apoio ao governo Lula".

Presidente da estatal desde 2019, indicado pelo líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), o deputado Marcelo Moreira foi mantido pela gestão Lula. O novo governo promove mudanças em diretorias e nomeia suplementares, mas a estatal ainda conseguiu aprovar no Congresso.

A Engefort, construtora maranhense sediada em Imperatriz (46 km de São Luís), chegou a dominar licitações de pavimentação da Codevasf na gestão Bolsonaro, muitas vezes participando sozinha ou

em consórcio de empresas de outras cidades da região.

A maior parte dos contratos da estatal com a empreiteira foi abastecida por emendas parlamentares.

Entre os que receberam aditivos em 2023, orgânicas em R\$ 90 milhões, foram indicadas pelo senador Davi Alcolumbre (DEM/Pará).

Em outros casos, a engefort veiu emendas de relator de autoria de Alcolumbre, técnicos do TCU já chegaram a apontar irregularidades pelas quais existia favor à Engefort.

Em ofício que enviou à estatal, o que esclarece as cláusulas que beneficiam o fornecedor de pavimentação que elas recebiam, Alcolumbre anexou até uma planilha com o total de recursos que beneficiaram.

Já o relator do caso, o ministro Jorge Oliveira, não viu favorecimento de Alcolumbre à Engefort. Ele argumentou que a construtora havia ganhado todas as licitações de diferentes tipos de pavimentação no Amapá, caso de que a engefort varia os contratos no estado.

A construtora já fez uma reunião com a Codevasf com Alcolumbre em regime de carona. Em 22 de setembro de 2023, o senador Fernando Teles Alves Neto, gerente geral da Engefort, se encontrou com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira.

Em relatório divulgado em 2023, o senador Alcolumbre cobra que a engefort defina qualas ruas seriam pavimentadas em duas destas obras, que devem ser iniciadas em 2024, cerca de dois anos após a assinatura dos contratos.

Além de atrasos, a construtora também sobreprestou (R\$ 14 milhões), superestimou (R\$ 59,5 mil) e outros prejuízos no valor de R\$ 1,9 milhão, como em falhas no dimensionamento de estruturas.

Outra irregularidade é o descerro de R\$ 3,9 milhões. Um dos contratos da para o Amapá foi assinado em 2019 e recebeu três aditivos no governo Lula, em janeiro, fevereiro e abril. Ao fim do governo Lula, o construtor havia pagado uma parcela de R\$ 28,3 milhões, mas, com os aditivos assimados em janeiro, fevereiro e abril, o montante subiu para cerca de R\$ 30,2 milhões. Isto é, a adição de fevereiro prorrogou o prazo do contrato por dez meses.

Um dos aditivos da Paraíba chegou a apontar o "reinicio do contrato". Os aditivos de abril prorrogaram os prazos para mais um ano.

Fiscalização feita em setembro de 2022 pela CGU ainda encontrou falhas no asfalto pago com as verbas de 10 contratos assinados em Marapá (AP) mostraram que parte do piso se deslocou para a extremidade da pista, formando fendas e buracos.

Dos 12 contratos que receberam aditivos, ao menos quatro têm 0% de execução, segundo a engefort.

A obra mais adiantada no grupo que recebeu aditivo em 2023 está 87% concluída e custou R\$ 2,5 milhões, enquanto o seu orçamento original estava sendo executado em 3%.

O site da Codevasf não mostra dados sobre as obras.

Um deles, o Ceará, também virou alvo da CGU. O órgão diz que o orçamento desse contrato, de R\$ 14,5 milhões, inclui 10% de desconto, que não serão feitos, como o descontamento de árvore.

Questionada na semana passada se a engefort ampliou contratos com a Engefort mesmo após ressalvas de órgãos de controle, a engefort não se manifestou.

Estatal diz que aditivos buscam continuar obras

OUTRO LADO

A Codevasf afirmou que "os aditivos mencionados referem-se dilatações de prazo".

Segundo a estatal, o aditivo "refere-se à formalização de pagamento do valor indenizatório relacionado a irregularidades financeiras".

"O resquício tem por objetivo manter as condições efetivas da proposta apresentada licitatória e retabilizar a relação que as partes pactuaram inicialmente", afirma a engefort.

Sobre a fiscalização da CGU, a estatal sustentou que "tem adotado medidas para ajustar processos com vista ao aprimoramento das suas prerrogativas de auditoria, inclusive em relação a valores".

Em nota, a Engefort afirma que repudia "eventuais acusações de participação de indícios formação de cartel, colusão e fraude existentes nos certames licitatórios em que participa, bem como a negação com quaisquer ilícitudes".

A empresa informou que todas as respostas necessárias serão apresentadas aos órgãos responsáveis.

O senador Davi Alcolumbre afirmou que espera que os órgãos de controle e o papel de auxiliares do Congresso, "exercam sua missão nos processos instaurados para fiscalizar a aplicação de verbas federais, considerando que a Codevasf é uma empresa responsável por todo o processo de execução das obras e de manutenção das obras realizadas com recursos de emendas parlamentares destinadas com a finalidade de atender ao interesse público".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4